

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.389.492 - RJ
(2018/0285192-2)**

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
EMBARGANTE : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADVOGADOS : MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA - RJ110501
PATRICIA SHIMA - RJ125212
BIANCA FURTADO ROGERIO DE MEDEIROS E OUTRO(S) - RJ174551
EMBARGADO : NORIVAL JOI DA SILVA
ADVOGADOS : LUIZ CLÁUDIO LOPES MOREIRA - RJ051123
KÁTIA BARBOSA DA CUNHA E OUTRO(S) - RJ072955
CÉLIO ALVES DA COSTA - RJ001200B
JACQUELINE DE OLIVEIRA LUZ - RJ154665
THIAGO LIMA DA COSTA - RJ155296

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE contra decisão de minha lavra, proferida às e-STJ fls. 586/587, em que não conheci do agravo em recurso especial, com fulcro no disposto no art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, uma vez que a parte agravante deixou de impugnar especificamente o fundamento de inadmissão do apelo nobre.

A parte embargante, às e-STJ fls. 589/596, sustenta, em suma, a decisão foi omissa acerca da necessidade de distinção entre o caso em apreço e o Tema 414 do STJ.

Decurso do prazo para impugnação *in albis* (e-STJ fl. 600).

Passo a decidir.

O art. 1.024, §2º, do CPC/2015 prescreve que os embargos de declaração opostos contra decisão de relator ou outra decisão unipessoal proferida em tribunal serão decididos monocraticamente pelo órgão prolator da decisão embargada e, nos termos do art. 1.022 do mesmo diploma, serão admitidos quando houver obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão.

In casu, não ocorreu nenhum dos vícios supracitados.

A decisão de admissibilidade proferida na origem, quanto à matéria de fundo, negou seguimento ao recurso especial, com fulcro no art. 1.030, I, "b", do CPC/2015, e, no que tange à questão da indenização por danos morais, fez incidir a Súmula 7 do STJ para inadmitir a insurgência (e-STJ fls. 373/378).

O *decisum* embargado cuidou de analisar tão somente a inadmissão e, de forma fundamentada, considerou que o ora embargante não se desincumbiu de infirmar de forma clara e específica a aplicação do referido óbice

Superior Tribunal de Justiça

sumular, em evidente desrespeito ao princípio da dialeticidade, porquanto os argumentos apresentados no agravo em recurso especial se mostram dissociados da fundamentação adotada na decisão de inadmissão (e-ST fl. 587).

No presente recurso, o embargante busca trazer à discussão o fundamento da negativa de seguimento do apelo nobre, quanto à questão de fundo, matéria que foi objeto de agravo regimental na origem, não devolvida no presente feito.

Assim, observa-se que o vício alegado, na realidade, manifesta inconformismo do embargante com o desfecho do recurso anterior, sendo certo que eventual reforma do julgado não condiz com a natureza integrativa dos aclaratórios.

Nesse sentido, transcrevo precedente desta Corte Superior:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. HIPÓTESES DO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração apenas são cabíveis para sanar omissão, contradição ou obscuridade do julgado recorrido, admitindo-se também esse recurso para se corrigir eventuais erros materiais constantes do pronunciamento jurisdicional.

2. No caso, está evidenciado o intuito do embargante em rediscutir a matéria já integralmente decidida pelo órgão judicial recorrido, o que não se admite nos estreitos limites do art. 535 do CPC.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg nos EAREsp 540.453/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 24/02/2016, DJe 04/03/2016).

Por fim, advirto o recorrente que a oposição de embargos de declaração manifestamente protelatórios pode ensejar a aplicação da multa prevista no § 2º do art. 1.026 do CPC/2015.

Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração.

É como voto.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator